

A queda de Kuczynski e a república dos empresários

A “república dos empresários” começou no Peru com o golpe de Estado de 5 de abril de 1992, sob os auspícios, financiamento e apoio técnico do Banco Mundial. A justificativa para o golpe foi dada por Hernando de Soto, pago por Usaid, numa conferência da OEA em Maio de 1992, nas Bahamas. Foi um golpe dado e justificado pela livre iniciativa começar a funcionar e deixar para trás a constituição de 1979, com suas idéias de “interesse nacional” e “regras do jogo político”. O golpe terminou não só com o papel do Estado na economia, mas também com o conceito de nacional e regional no sentido latino-americano. Terminou com a maneira de fazer política que prevaleceu por apenas uma década após o retorno à democracia em 1980, então chamada de “a partidocracia”.

Alberto Fujimori Fujimori (AFF) iniciou seu governo, após o golpe, com um discurso na cúpula, escrito por De Soto com a ajuda do Dr. Michael Coppedge, autor de *Strong Parties and Lame Ducks: Presidential Party-archy and Factionalism in Venezuela* (Stanford University Press, 1994). Entre 1992 e 1994, Coppedge serviu como assessor de AFF na reforma constitucional. A assistência foi paga pelo Usaid. Com esse discurso, AFF foi capaz de justificar mundialmente se livrar do Congresso que não o deixou trabalhar. Em nome da “liberdade”, ele zombou da democracia em construção. Uma leitura desse discurso seria que os Estados Unidos precisavam que o golpe fosse justificado e que as políticas do Consenso de Washington fossem estabelecidas. Em outubro desse ano, o atual presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski (Ppk), criou a Westfield Capital para participar das privatizações peruanas com capital chileno. Um dos pais do Consenso de Washington, Kuczynski foi entrar em negócios com um governo espúrio, mas patrocinado por Washington.

Repetição

A história sempre se repete, e neste caso primeiro como tragédia -o golpe- e depois como farsa. A farsa durou 26 anos e terminou com quatro presidentes acusados de corrupção, por fazerem negócios por conta própria e terem sido empresários no poder. Um deles – Alberto Fujimori – é libertado, outro – Alejandro Toledo – é objeto de um processo de extradição. PPK está sujeito a uma ordem para não deixar o país e Ollanta Humala está em prisão preventiva. Os quatro traíram sua base social, chegaram ao poder com uma agenda e terminaram com outra. PPK tomou uma posição contra a libertação de Alberto Fujimori, e é por isso que ele foi eleito. Não pelo liberal. Ele concorreu nas eleições com uma agenda econômica genuinamente liberal contra Keiko Fujimori, que tinha a mesma agenda, mas carregava o fardo de ter seu pai na cadeia. A esquerda, confrontada com este dilema, votou contra Keiko Fujimori e deu a PPK a margem de 0,24 por cento do total de votos no segundo turno com o qual ele foi capaz de triunfar.

Um liberal exemplar...

Nós peruanos “sabíamos” que nós estávamos na frente de um liberal “honesto e bem sucedido” e “sabíamos” que ele estava cercado pelo melhor do Banco Mundial e do FMI, ao qual foi adicionado o melhor da tecnocracia peruana no exterior. Melhor, impossível. Essa era a impressão que metade do país tinha de PPK e seus arredores.

Em setembro de 2017, surgiram as primeiras informações sobre a relação entre o Presidente PPK e a Odebrecht. Eles surgiram dos depoimentos de Jorge Barata, ex-diretor da construtora, perante o Ministério Público brasileiro, solicitando uma redução de sua pena de 20 anos. Estas foram tomadas por uma comissão investigadora do Congresso peruano que buscava uma relação entre a Odebrecht e o partido da ex-prefeita de Lima, Susana Villarán, para retirá-la do mapa político. As provas, no entanto, começaram a apontar para Ppk, o que os levou a

citá-lo. De acordo com El Espectador de Bogotá, desde setembro a comissão enviou uma carta a Kuczynski solicitando “data, hora e local” para se reunir com ele e explicar uma “lista de assuntos”.

Na resposta escrita, o presidente peruano foi categórico ao dizer que não se reuniria com nenhuma comissão e declarou na televisão que “nunca tive uma relação comercial ou de negócios com a Odebrecht”. Isso levou quatro deputados do partido APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), que defendiam o ex-presidente Alan García de seus laços com a Odebrecht, a atacar. A eles se juntaram os congressistas de Keiko Fujimori (Força Popular) que tinham sangue nos olhos por terem perdido as eleições por 41.000 votos. O chamado fujianismo foi o que colocou PPK no centro do debate sobre corrupção, onde nem García nem Keiko Fujimori aparecem, apesar de ter sido apontado por Barata.

A permuta

Diante do problema representado pela comissão investigadora, PPK mudou de gabinete e organizou a libertação do prisioneiro Alberto Fujimori, por razões humanitárias, utilizando pessoal de terceiro nível nos ministérios da Justiça e da Saúde, comandado por um vice-almirante da Marinha que foi empossado como ministro da Saúde para esse único propósito. Foi o regresso do fujimontesinismo e das suas formas. PPK sempre negou qualquer relação entre os novos ministros e as revelações do ex-diretor da Odebrecht e que teria havido qualquer negociação para libertar Fujimori.

Em 17 de dezembro, poucos dias antes do perdão, o então presidente explicou publicamente, com “total transparência”, que tinha uma empresa individual onde tinha um “sócio” que fazia coisas que não sabia. Ele também assegurou que nunca recebeu benefícios do negócio do seu parceiro. Agora sabemos que metade do que o chileno Gerardo Sepúlveda faturou foi para PPK. Então, em 21 de dezembro, PPK foi convocado para o

Congresso e salvo de ser removido do cargo por seis votos da esquerda que pensava que talvez o homem tinha dito a verdade. Foram os últimos a acreditar nele. Os outros que votaram contra a vacância foram um grupo de congressistas convocados pelo filho de Fujimori, Kenji Fujimori, irmão de Keiko, com a sua própria ala política. Kenji e Mercedes Aráoz, presidente do Conselho de Ministros, negociaram o acordo com PPK para libertar o pai de Fujimori em troca de não votar na destituição do presidente. A estratégia de PPK de dividir para conquistar estava em andamento, e parecia ser bem sucedida. Na véspera de Natal ele libertou Alberto Fujimori. As ruas saíram para protestar nessa mesma véspera de Natal.

A queda

Em seguida, no dia 13 de março, a presidente da comissão investigadora do caso Lava Jato, Rosa Bartra, recebeu uma resposta da Unidade de Inteligência Financeira ao seu pedido de informações sobre se os nomes da PPK ou das empresas Westfield Capital ou First Capital (cujo dono é Sepulveda) apareceram em contas no Peru relacionadas à Odebrecht. A resposta foi que estavam em contas no Peru relacionadas à Odebrecht: Kuntur Transportadora de gás (gasoduto); Concesionaria Interoceánica Sur Tramo 2-S; Concesionaria Chavimochic (irrigação); Concesionario Iirsa Norte Carretera Interoceánica; Concesionaria Trasvase Olmos (irrigação); Constructora Norberto Odebrecht; H2Olmos (irrigação); Rutas de Lima Sac (transporte público); Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción; Odebrecht Latinvest Perú Duclosos Duclos.

O interessante destas empresas é que todas elas têm formas de crédito internacional garantidas pelo Estado. Além disso, muitas obrigações emitidas para se financiarem a si próprias. O negócio de PPK consistia na emissão de obrigações, para a qual cobrou 3 %, que foi depositada na Westfield Capital, entre outras contas.

Perguntado por que ele não declarou a existência desta empresa

em seu depoimento exigido para assumir a presidência da República, ele respondeu: “A pergunta na minha opinião é por que Westfield não é colocado aqui, certo? Westfield é apenas uma conta bancária, não é uma empresa que tem activos...”. Seu negócio era simples: obter os títulos emitidos com a garantia do Estado peruano, como apoio às empresas emissoras. E o estado era ele. O dinheiro entrou e saiu dessa conta para outras contas e sem pagar impostos sobre o rendimento em lado nenhum. Ele evadiu impostos no Peru e nos Estados Unidos ao usar sua influência política para obter garantias públicas.

Finalmente, se o ex-presidente acreditava que, ao sair da prisão, podia governar em paz, não levava em conta que entre os Fujimori não havia lealdades: nos anos noventa, o marido prendeu a esposa, a filha substituiu a mãe como primeira-dama aos 19 anos. Agora a irmã Keiko traiu seu irmão mais novo Kenji, que estava comprando votos para salvar PPK do impeachment, e registrou sua oferta para comprar um voto. Depois deste massacre, AFF saiu da prisão, pronto para voltar à política como de costume. Cortesia de um homem de negócios que preferia o seu dinheiro ao interesse nacional.

Original: [La Brecha](#)